

RECORDAÇÕES DE UM FRAGMENTO DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

FÁBIO KAZUO OCADA

RESUMO *O presente artigo propõe investigar um fragmento específico da história da imigração japonesa para o Brasil, qual seja, as relações de trabalho durante o período que antecedeu o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Para esse fim, mediante o auxílio da história oral enquanto metodologia de pesquisa e dos pressupostos do materialismo histórico como fundamento teórico, buscou-se analisar os relatos de experiências rememoradas por um grupo de mulheres idosas dessa comunidade de imigrantes colonos, que participaram do trabalho tanto na cafeicultura paulista, nas primeiras décadas do século XX, quanto no plantio do algodão, a partir da década de 1930.*

PALAVRAS - CHAVE *Trabalho; migração.*

ABSTRACT *This paper proposes to investigate a specific fragment of the history of Japanese immigration to Brazil: labor relations during the period before the outcome of World War II. To this end, choosing oral history as a research method, and assumptions of historical materialism as a theoretical framework, we sought to examine the accounts of experiences remembered by a group of elderly women in this community of immigrant settlers. They participated both in the São Paulo coffee work in the first decades of the twentieth century, as the planting of cotton, in the 1930s.*

KEY WORDS *Labor; migration.*

INTRODUÇÃO

Dentre as famílias japonesas que adentraram o território nacional no contexto da expansão da cafeicultura paulista ocorrida nas primeiras décadas do século XX, dificilmente haverá alguma que não tenha inscrito entre as recordações familiares o registro das dificuldades vivenciadas desde os primeiros momentos da chegada ao Brasil. Seja por meio da bibliografia produzida acerca desse grupo em particular, como pelos próprios relatos transmitidos pelos idosos dessa comunidade, os dados existentes acerca das fugas das fazendas, das mortes decorrentes de acidentes, homicídios, suicídios, carência alimentar e adoecimentos – todas diretamente associadas às condições precárias de trabalho e de moradia –, bem como das expropriações e dos antagonismos decorrentes das desigualdades étnico-raciais e culturais, atestam o desenvolvimento histórico de um conflituoso processo de modernização das relações sociais do trabalho.

A rearticulação dessas recordações familiares, no contexto de um conjunto de transformações mais amplas das relações capitalistas de produção, atende à premissa benjaminiana, segundo a qual a pesquisa cumpre o papel de “escovar a história a contrapelo.”¹ Um trabalho de memória, nessas circunstâncias, não consiste em apreender o passado como um momento estático, ou definitivamente encerrado, mas enquanto reminiscência, que, reinterpretada, volta-se ao entendimento das contradições do presente, como um lampejo. Desse modo, vinculado a uma indagação mais ampla acerca dos determinantes históricos da partida de trabalhadores *nikkeis* brasileiros para o Japão, porém circunscrito ao período que precedeu o desfecho da Segunda Guerra Mundial, o presente artigo buscará articular historicamente as recordações de um grupo de mulheres dessa comunidade de imigrantes japoneses – mães e avós dos chamados trabalhadores *dekasseguis* –, muitas das quais já nascidas em solo brasileiro, entre os anos de 1917 e 1927, em meio à fase inicial do processo imigratório, e que trabalharam tanto na cafeicultura

1 Segundo Walter Benjamin, o materialista histórico “considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo” (1994, p. 225).

paulista, nas primeiras décadas do século XX, quanto no plantio do algodão, a partir da década de 1930.

Os relatos aqui apresentados dizem respeito a apenas 4 depoentes, selecionadas a partir de um coletivo de 12 mulheres entrevistadas. Todos esses relatos foram obtidos durante a realização de um demorado trabalho de campo desenvolvido entre os anos de 2000 e 2004, com mulheres residentes, na ocasião, em diferentes municípios do estado de São Paulo, a saber: Bauru, Ribeirão Preto, Mairiporã, Batatais, além da própria capital paulista. Para esse fim, recorreu-se ao auxílio da técnica de gravação de depoimentos orais, ancorada no método da história oral (QUEIROZ, 1983), associada à coleta de um conjunto de dados obtidos por meio de fontes bibliográficas, algumas das quais consagradas entre os estudiosos da imigração japonesa.

Tendo em vista as diferenciações de gênero que perpassam as experiências vivenciadas por homens e mulheres, a opção pelo trabalho com relatos femininos deu-se devido ao fato de que essas trabalhadoras estiveram inseridas dentro de um contexto de exploração do trabalho especificamente familiar, o chamado regime de colonos, ou colonato, que precedeu e coexistiu com o arrendamento de terras e a compra de pequenas propriedades rurais. Nesse sentido, tornam-se narradoras privilegiadas, na medida em que, conforme atenta Perrot, “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (1989, p. 15). A memória feminina, conforme mostra a autora, é a memória do “privado, voltado para a família e o íntimo” (PERROT, 1989, p. 15). A elas foram delegadas funções, como a transmissão das histórias de família, feita frequentemente de mãe para filha, a realização do culto aos mortos e o cuidado com as sepulturas. Os relatos femininos desempenham, assim, um papel fundamental, pois permitem visualizar as repercussões das mudanças históricas não apenas no âmbito da política, da economia, ou do trabalho, mas também no interior das casas dessas famílias imigrantes. Desse modo, as memórias femininas, de acordo com o estudo de

Perrot (1989), tendem a contemplar as esferas do público e do privado, estando ligadas à oralidade das sociedades tradicionais que lhes confiavam a missão de narradoras da comunidade aldeã.

Assim, como contribuição ao debate acerca das contradições desse período transitório do processo de modernização capitalista no Brasil, este estudo busca articular a análise do desenvolvimento histórico das relações de trabalho ocorridas nas primeiras décadas do século XX aos antagonismos vivenciados no contexto da luta dessas famílias por melhores condições de existência. O trabalho de rearticulação dos acontecimentos vivenciados pelas depoentes, juntamente com suas respectivas famílias, dentro de um contexto histórico mais amplo, possibilita a apreensão de um devir contraditório e marcado por antagonismos reais. Por esse motivo, ainda que o propósito dessa metodologia de pesquisa consista em dar visibilidade àqueles que vêm de baixo, as identidades das depoentes foram mantidas, aqui, no anonimato. Seus nomes foram substituídos por letras maiúsculas, com o fito de poupá-las de uma exposição eventualmente incômoda.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EMIGRAÇÃO JAPONESA

No Japão, desde a segunda metade do século XIX, as circunstâncias que levaram à constituição de um contingente populacional disposto a aderir voluntariamente à política de emigração empreendida a partir da instauração do governo Meiji, encontram suas origens no processo de modernização das relações de produção e de mercantilização do trabalho, que levou, da mesma forma como vinha ocorrendo no continente europeu, à dissolução do antigo modo de produção feudal, fundamentalmente baseado no trabalho de um campesinato economicamente autônomo. Diferentemente do que ocorre numa economia industrial capitalista, conforme mostra o estudo célebre realizado por Marx (1985) – acerca do processo de acumulação primitiva que se abateu sobre o campesinato inglês –, no modo de produção feudal, o regime de propriedade da terra baseava-se na partilha do solo

entre o maior número possível de súditos, de modo que o poder de um senhor feudal, como de qualquer soberano, dependia não do montante de sua renda, mas de um campesinato numeroso, vivendo em seu território de forma economicamente autônoma. Em conformidade com essa caracterização do regime feudal de propriedade fundiária, as recordações da entrevistada A trazem à tona imagens vivas dos tempos de uma sociedade estamental, transmitidas através dos relatos de sua mãe:

[Minha mãe] contava [...] todas essas coisas [do Japão], contava como é que japonês era [...], as coisas certas, as coisas erradas, ela contava tudo. Do tempo da minha mãe ainda, quase era tempo dos samurais, tempo de últimos samurais. As famílias todas tinham samurais, ajudavam no o *shiro* [castelo] [...]. Depois que acabou esse negócio de *tono sama* [senhor feudal], mudou a política, aí [...] “esparramou” [...], cada *tono sama* tinha um monte de samurai; samurai foi soldado, né. Tinha um monte, quanto mais samurais [...] [mais] forte [era] cada um [...]. Tudo era samurai, depois que virou, né, o negócio começou a virar [...]. [Antes] era tudo samurai [...]. No Japão, o terreno é pequeno [...] [em] cada [feudo], é o lavrador que sustenta o samurai. Trabalha, leva arroz, tudo; pagamento do Japão, antigamente, tudo era em arroz. Então, samurai forte, samurai bom, ganhava bastante arroz. O arroz que era o dinheiro deles [...]. Tudo o pagamento deles era arroz. E os pobrezinhos, coitados, que trabalhavam na lavoura, eles não podiam comer quase arroz; comiam [...], misturavam *mugi* [trigo], *mugi* dá mais fácil, né [...], não comiam do arroz branco que nem nós, contava que, se trabalhava, precisava levar tudo lá pro *tono sama*, né. Então, quem sustentava mesmo era o lavrador.

A expropriação das terras desse campesinato constituiu a base de todo processo de modernização, o ponto de partida do processo de industrialização e acumulação capitalista que se consolidou, no arquipélago japonês, a partir de 1868. Mediante o auxílio de métodos coercitivos e do amparo das leis do Estado

Meiji, esse processo de modernização procedeu à dissociação dos produtores rurais dos meios de produção necessários à realização do trabalho, bem como à proletarização de artífices e de frações inferiores da antiga aristocracia feudal, destituída de seus privilégios estamentais; e, na mesma década em que se consolidava esse turbulento processo de transição, atentava Marx (1985) para o fato de que a história dessas expropriações assumiu “coloridos diferentes nos diferentes países”, formas variadas, percorrendo “as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas”. Apesar da distância geográfica e cultural em relação ao Ocidente europeu, o Japão, conforme notara o próprio autor d’*O capital*,

com seu sistema puramente feudal de propriedade fundiária e sua economia desenvolvida de pequena agricultura, oferece um quadro muito mais fiel da Idade Média europeia que todos os nossos livros de História, ditados em sua maioria por preconceitos burgueses (MARX, 1985, p. 264).

Da mesma forma, Handa (1980) mostra que, desde o início da era Meiji e da abertura dos portos japoneses, o processo de modernização do Japão foi impulsionado “em caráter urgente” e “artificialmente” pela nova classe dirigente do país; e justamente por esse motivo, afirma o autor, foi grande a quota de sacrifício paga pelos camponeses, que, até então, sustentavam basicamente a economia nacional. Quando os chamados emigrantes “oficiais” partiram rumo ao Havaí, com o propósito de “ganhar dinheiro”, em 1885, o governo procedeu a um ajuste (1882-1885) dos bônus intransferíveis emitidos pelo governo Meiji, para atenuar a situação das finanças nacionais; nessa época o preço do arroz sofrera uma acentuada queda em razão da deflação, levando numerosos camponeses à execução de suas terras por impossibilidade de pagamento dos impostos. Em função desse processo, nessa fase de transição para uma economia capitalista,

uns perderam terras, outros ficaram desempregados, e quando a estrutura da sociedade até então vigente começou a desmoronar, passou a aumentar o número dos que saíram para tentar ganhar dinheiro em outras localidades ou se afastavam das regiões em que moravam em busca de novos empregos na metrópole (HANDA, 1980, p. 101).

Constituíam-se, dessa forma, as condições decisivas para o surgimento da política de emigração empreendida pelo governo imperial japonês a partir de 1885. A esse respeito, lembra Marx que “a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista” e que a “grande beleza” dessa produção capitalista consiste não apenas em reproduzir constantemente o trabalhador assalariado, enquanto assalariado, mas também em produzir, em relação à acumulação capitalista, sempre uma “superpopulação relativa de trabalhadores assalariados” (1985, p. 297-298). Portanto, se a industrialização japonesa se mostrava estruturalmente insuficiente para absorver os trabalhadores expulsos do campo, na mesma proporção em que se tornavam disponíveis, deixar a família para tentar assegurar o ganho financeiro em outras localidades tornava-se para estes uma questão de sobrevivência imposta pelo próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Em 1884, conforme mostra o estudo realizado por Ennes (2001), deu-se a primeira visita oficial de um representante do governo japonês ao Brasil, o deputado Massayo Neguishi, que definiu o estado de São Paulo como o lugar mais propício para receber os imigrantes, devido à qualidade de suas terras e de suas características climáticas. No ano seguinte, foi estabelecido o primeiro tratado comercial marítimo entre Brasil e Japão, assinado com a instalação do primeiro diplomata japonês em território nacional.

Em 1897, foi estabelecido um primeiro contrato malsucedido entre a Companhia de Imigração Toyô do Japão e a empresa Prado & João, estipulando a vinda de 1.500 japoneses para os

cafezais paulistas. No ano seguinte, o Havaí proibiu a imigração de japoneses depois que foi anexado pelo governo norte-americano. Também nos Estados Unidos houve restrição idêntica em função do acordo de cavalheiros nipo-americanos, celebrado algum tempo depois, em dezembro de 1907.

Entre 1906 e 1907, o presidente da Companhia Colonizadora Kôkuko, Ryú Mizuno, visitou o Brasil para um reconhecimento das condições ambientais e agrícolas do estado de São Paulo. Ao retornar pela segunda vez, firmou um contrato com o governo estadual, estabelecendo a vinda de 3 mil pessoas anualmente, a partir de 1908 (ENNES, 2001).

Em 1908, segundo ano do término da guerra russo-japonesa, ano em que se concretizou o envio de emigrantes pela Companhia Imperial de Emigração, houve, segundo Handa (1980), uma sucessão de casos de desemprego; e, nos meios rurais castigados pelos impostos dos tempos de beligerância, assistia-se ainda à decadência dos pequenos e médios proprietários e à concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.

Expulsos de suas terras, milhares de camponeses dirigiam-se às cidades em busca de emprego; da mesma forma, artífices e samurais tornados desempregados engrossavam as fileiras do proletariado. Nesse período de dificuldades, a propaganda disseminada pela companhia de emigração associava os cafezais paulistas à imagem idílica de uma “árvore com frutos de ouro” (HANDA, 1980), sustentando a ilusão de um lugar promissor, no qual o enriquecimento seria certo. Dizia-se que no Brasil colheriam dinheiro pelo chão, ou ainda, que ganhariam dinheiro como se colocassem as mãos molhadas em um saco de arroz. Da mesma forma como ocorrera anteriormente no caso das emigrações de japoneses para o Havaí e para os Estados Unidos, o propósito dessa emigração temporária era eminentemente econômico. O relato da entrevistada C ilustra a expectativa dessas famílias em relação à emigração para o Brasil:

Quando meu pai veio para o Brasil, ele falava que em cinco anos, dez anos a gente voltaria para o Japão. Meu irmão estava no sexto ano do primário, quando saiu da escola. Diz que a professora, sabendo que [viríamos] para o Brasil, pediu ao meu irmão para que dissesse algumas palavras para o resto da turma. Meu irmão falou assim: “Vamos ficar dez anos [no Brasil] e trazer muito dinheiro!”. A professora ficou brava e disse que não era para falar assim [risos].

Segundo Hatanaka (2002), os dez primeiros navios japoneses que deixaram Kobe e aportaram em Santos, a partir de 1908, transportavam provincianos de Fukuoka, Kumamoto, Hiroshima, Fukushima, Okinawa, Kagoshima e Kochi. Com o passar do tempo, porém, todas as províncias japonesas integraram-se ao processo migratório. Assim como as imigrações alemã e italiana dirigidas ao Sul do país, a imigração japonesa para o interior paulista teve o mesmo ponto de partida. Entretanto, conforme observa Sakurai (2000), diferenciava-se daquelas devido ao fato de estar direcionada ao trabalho nas fazendas cafeicultoras do estado de São Paulo, ou seja, no contexto de relações de trabalho muito específicas, engendradas pelo comércio internacional do café.

A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA A CAFEICULTURA PAULISTA

Ao desembarcarem no Porto de Santos, com destino ao trabalho na cafeicultura paulista, as famílias eram encaminhadas em vagões trancados para São Paulo, para a Hospedaria dos Imigrantes, onde se distribuíam segundo seus lugares de origem. Nas noites seguintes, eram novamente embarcadas e levadas às fazendas, concluindo o percurso até as moradias dos colonos, em carros de boi, conforme relata a entrevistada A:

Traziam [os imigrantes recém-chegados] de trem [...] e chegavam na última cidade; depois, para entrar no sítio, eles iam buscar de carro de boi. Sabe, diz que minha mãe tinha

um pouco de mudança, pôs no carro de boi e foi: “guiom, guiom, guiom” [imita o som do carro de boi]. Minha mãe falava: “Nossa! Que hora que vai chegar lá!”. Já ficou escuro, de noite, chegou lá tinham umas casas de colono, casa de tábua, eles davam tábuas para estender no chão, todo mundo põe o *futon* [acolchoado japonês] em cima e dorme, tudo no chão.

Dada à demanda sistemática por imigrantes colonos na cafeicultura paulista, as despesas de transporte foram subsidiadas pelo governo de São Paulo até 1925 e pelo governo japonês até a Segunda Guerra Mundial (VIEIRA, 1973):

Meu pai veio, acho, que no segundo ou terceiro [navio de] imigrante, dizem que [o] primeiro [navio de] imigrantes, que veio para o Brasil, acho que foi 1908..., né, meu pai [veio no] terceiro ou quarto [navio]. Meu pai, quando veio aqui no Brasil [...], japonês mesmo tinha muito pouco [...], aquele tempo pessoal de 12, 13 anos, assim, não pensou em nada, tinha aquele boato que meu pai contava que, quando vinha no Brasil, tinha dinheiro até no chão, que o pessoal comentava; então ele veio [...] para ver, mas diz que, quando chegou, era completamente [...] diferente do que ele pensava [...]; ele comentava assim com a gente que ele passou fome, que ele passou frio (entrevistada D).

Diferentemente do que se costuma supor em relação à imagem associada a esses imigrantes, vistos pelos brasileiros como “agricultores experientes”, ao analisar os dados obtidos na Cooperativa Agrícola de Cotia, a pesquisa realizada por Sakurai (2000) constatou que o número de agricultores, chefes de família, que efetivamente adentraram o território nacional até o ano de 1962, correspondia a apenas 37,9% do total, concluindo a partir disso que, embora a experiência com o trabalho na agricultura fosse uma das exigências do governo brasileiro, a parcela predominante desses imigrantes já advinha de contextos urbanos; e somente vieram a se tornar agricultores no Brasil.

Os japoneses vinham mesmo [...] era para trabalhar na lavoura, né, mas quem não era mesmo da lavoura, não deu nada, porque não sabe trabalhar na lavoura, faziam só “malemá” [para] comer, né. Que nem meu pai, mesmo, não era bom lavrador, nada [...], porque precisa ter muito prática, precisa ter amor na lavoura! Precisa gostar [da] lavoura! No Japão, o pai dele diz que tinha bastante terra, tinha arrendatário, [punha] os outro [para] trabalhar para ele [...], era de família mais ou menos “bom”, né (entrevistada A).

A respeito do ingresso desse expressivo contingente de não agricultores, explica Handa que, no Japão,

mesmo os que iam para as cidades e se tornavam pequenos comerciantes ou artífices, à medida que a produção capitalista se expandia [...] acabavam em completa bancarrota. Dessa maneira, à medida que avançava a produção industrial da cidade, os que a custo ali haviam chegado para tentar uma vida nova perdiam as esperanças. Daí que também eles começavam a pensar em emigrar para o novo mundo e tentar a fortuna (1980, p. 100).

O relato da entrevistada C, acerca da inaptidão de seu pai, ilustra o despreparo de muitos desses imigrantes colonos, pouco familiarizados com o trabalho na agricultura:

Quem não era lavrador era difícil de vir para cá. Como meu pai era descendente de samurai, depois virou doceiro, não sabia nem colocar cabo na enxada! Não sei nem por que ele veio! Aí quem não era lavrador, antes de sair do Japão, tinha que fazer um curso, lá no Kaigai Kyo Kai [ele entrou e ficou ouvindo a conversa] [...], tinha que aprender umas coisas para vir de imigrante, né; vem como lavrador, então eles ensinavam [...]. Não sei o que meu pai aprendeu, mas, quando ele chegou, não sabia nem colocar cabo na enxada [risos]. No Japão tinha fábrica de doce, tinha bastante empregado, fechou e veio para cá.

Aqueles que chegavam ao Brasil no início do ano agrícola, segundo Handa (1980), tinham que começar com a roçada do cafezal, devendo, inicialmente, aprender a lidar com os instrumentos necessários ao início dos trabalhos. Por esse motivo, segundo Handa (1980), o que devia ser aprendido primeiramente era o modo de colocar cabo na enxada. Quem não tivesse experiência deveria solicitar a um fiscal ou imigrante mais experiente, para que o fizesse. Nesse momento, era comum, para cada família, encarregar-se de 1.500 a 2 mil pés de café. Conforme relata o próprio autor,

a enxada é o instrumento mais importante na época da capinação. Seja dito que corresponde à espada do samurai. Por isso, cada um conserva com carinho a enxada de seu uso. Depois de usada, remove-se a terra grudada e lava-se o instrumento. Conforme o caso, deixa-se a cabeça da enxada mergulhada na água, a fim de evitar que a cunha se afrouxe. Torna-se motivo de vaidade dos homens a habilidade na colocação do cabo: é a vaidade de quem tem uma boa arma de guerra (HANDA, 1980, p. 119).

A importância atribuída à enxada, enquanto instrumento de trabalho, deve-se ao fato de que, no interior das fazendas produtoras de café, os colonos constituíam a base do processo produtivo, estando assim diretamente ligados à produção. Viviam com residência nas fazendas e relacionavam-se com os fazendeiros mediados pelos administradores; estes, por sua vez, contavam com auxílio de fiscais armados. As condições de trabalho como colonos eram extremamente severas. As queixas eram constantes. Em razão dessas condições, o governo italiano proibiu o encaminhamento de imigrantes colonos a partir de 1902, condicionando o início da contratação de colonos japoneses a partir de 1908. No Japão, após o envio da primeira leva de imigrantes colonos ao Brasil, a Companhia Imperial de Emigração, sem recursos para promover o envio das novas

levas, transferiu a responsabilidade à Comercial Colonizadora Takemura, que viabilizou o segundo envio, passando a concorrer posteriormente com a Toyô Imin Kaisha (HANDA, 1980).

Os colonos japoneses, da mesma forma como já havia ocorrido em relação aos imigrantes europeus, também se ressentiram violentamente ao se deparar com as condições de trabalho nas fazendas. As queixas dirigiram-se contra o trabalho excessivo, contra a comida, as instalações, as dificuldades de comunicação pelo desconhecimento da língua, o baixo salário, além do mais, nada conheciam do país, a não ser o que lhes fora mostrado pela propaganda aliciadora das companhias de emigração. Nas entrevistas realizadas com esses imigrantes, tanto nesta pesquisa quanto naquela realizada por Vieira (1973), foram apontadas explicitamente a desilusão coletiva resultante do confronto entre as condições objetivas das fazendas e a propaganda aliciadora:

Não era como os [...] [agenciadores] falavam, tudo mentira! Disseram que o Brasil não era um país frio; dois, três anos e ganhariam um monte de dinheiro; quem quer voltar para o Japão poderia voltar, nossa, que nada, né! Não era nada disso! Era tudo diferente! (entrevistada B).

Da mesma forma, conforme mencionado por Vieira: “Duro mesmo, que nem burro” / “Pode-se dizer que não era escravo, mas tratado como escravo” / “Enche saco, puxa só enxada” / “Trabalho de 6 horas a 6 horas, comendo aí mesmo, etc.” (1973, p. 63). Como mostram os relatos acerca desse período, bem como a farta literatura produzida sobre os japoneses no Brasil, desde o início desse processo migratório, a chegada e os primeiros anos na lavoura foram tempos de muitas dificuldades. Para as gerações de imigrantes e seus descendentes que atravessaram essa fase da imigração, a experiência ficara inscrita na memória como tempos de luta pela sobrevivência. Frustrados em suas expectativas de sucesso rápido e retorno ao Japão, muitos colonos utilizavam-se

de toda sorte de pretextos para abandonar as fazendas, recorrendo até mesmo às fugas noturnas:

[Muitas famílias] não conseguiam trabalhar de enxada daquele jeito, que nem escravo. Tinha gente que fugia. Seus nomes saíam no jornal, para que todos vissem. Meu pai ficou sabendo, não queria que o vissem no jornal [...]. Nossa, tinha cada coisa que acontecia! Tinha um casal que a esposa brigou com o marido, jogou tigela, saiu brigando da fazenda, foi lá para Cafelândia e mandou carta [para o marido, dizendo]: “Rápido, corre!” [risos]. Tudo falso, né, era tudo só para sair da fazenda sem ter que pagar. Teve um moço que foi em Cafelândia, comprou um bilhete de loteria, aí a esposa ficou brava porque gastou dinheiro, mas dizem que ele acertou e foi embora [risos] (entrevistada C).

Conforme mostra Vieira, através da recuperação de um relatório da Comissão de Agricultura e Indústria da Câmara dos Deputados apresentado em 1924, foram apontados como argumentos contrários à imigração de japoneses justamente “a falta de fixação do japonês e o uso da fuga como meio de burlar o contrato” (1973, p. 64). Também segundo sua pesquisa, seus depoentes contaram-lhe que, diante daquelas circunstâncias, “só não fugia, quem não podia” (Vieira, 1973, p. 64), referindo-se particularmente às famílias com vários filhos pequenos. Da mesma forma, segundo o relato da entrevistada A,

tinha aquele administrador, aquele... como é que fala mesmo? Capataz, feitor [...], porque às vezes está muito ruim a situação e eles [as famílias de imigrantes colonos] fogem, né; [o capataz] ficava vigiando com a espingarda nas costas [...]. Antigamente não tinha gente que não fugisse [...] do campo, porque japonês não está acostumado assim, ser mandado, mandado que nem escravo, né! Chegava no Brasil, não aguentava [...]; aí tinha algum japonês [...] que já era sitiante [...] e ele chamava, ficavam amigos, aí eles todos iam. Tinha quatro anos, tudo, no contrato, se sair, paga a multa,

era ruim [...] de passar contrato, viu! E pagava baixinho! De vez em quando, dava quase a troco de comida sabe!

AS BASES DO COLONATO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A respeito dessas relações de trabalho encontradas pelos imigrantes colonos, um estudo realizado por Martins (2004) mostra que, no Brasil, o trabalho livre produzido diretamente da crise do regime de produção baseado na exploração do trabalho escravo deu início às relações de produção que configuraram o regime de trabalho que veio a ser conhecido como regime de colonato, sob o qual, durante cerca de um século, foi realizada a maior parte das tarefas no interior das fazendas de café.

As mudanças ocorridas com a Abolição da Escravatura, segundo Martins (2004), não representaram mera transformação na condição jurídica do trabalhador, mas implicaram transformação do próprio trabalhador. Sem essa transformação não teria sido possível passar da coerção física do trabalhador para a sua coerção ideológica. O trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, ainda que estranha e contraposta a ele.

Foi por essa razão que as propagandas veiculadas pelas companhias de emigração desempenharam um papel decisivo seja na obtenção da adesão das famílias ao fluxo de emigração, seja em relação à assinatura dos contratos de trabalho de quatro ou seis anos, para trabalhar diretamente com a produção nas fazendas de café. Conforme Martins (2004), essas novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima tanto pelos fazendeiros, quanto pelos trabalhadores que a eles se submetiam.

A explicação para o surgimento do regime de colonato no Brasil, afirma o autor, encontra-se na incapacidade de uma sociedade, historicamente constituída a partir das relações

entre senhores e escravos, promover o aparecimento de trabalhadores dispostos a vender voluntariamente a própria força de trabalho. Foi necessário, portanto, buscá-los em outros lugares. É justamente por esse motivo que as transformações das relações de trabalho na cafeicultura exigiram que os fazendeiros recorressem sistematicamente à imigração de trabalhadores estrangeiros, sobretudo entre 1886 e 1914, dando forma a um regime de trabalho sem equivalente na Europa. Enquanto regime provisório, atenta Martins (2004), o colonato vigorou por um século, abrangendo as culturas do café e da cana-de-açúcar.

Conforme mostra sua análise, diferentemente do que ocorreria numa relação tipicamente capitalista de produção, o colonato não se constituiu como um regime de trabalho puramente assalariado, caracterizando-se pela combinação de três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e a produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador.

Além disso, na relação com o proprietário da fazenda, o colono figurava formalmente como se fosse outro comerciante, embora fosse efetivamente um trabalhador familiar, um produtor. Essa igualdade formal determinada pelas relações de mercado, na qual ambas as partes figuravam como vendedoras, acobertava uma efetiva relação de desigualdade. Por esse motivo, a mais-valia produzida no regime de colonato aparecia sob a forma de lucro comercial, impossibilitando definir tais relações como tipicamente capitalistas nem o trabalho como assalariado. Tratava-se, segundo o pesquisador, de uma relação não capitalista de produção, produzida, contraditoriamente, no bojo das próprias relações capitalistas de produção (MARTINS, 2004).

Esse regime de colonos, segundo Handa (1980), baseou-se no sistema pré-moderno de parceria, não passando de um regime de “semi assalariamento”, ao qual ficavam subordinadas

as famílias de trabalhadores. Tratou-se de um “regime provisório” (RAMOS, apud HANDA, 1980) de exploração de trabalhadores familiares, que já havia sofrido diversas modificações e, sob os gritos de protesto dos imigrantes europeus, vinha sendo empregado sem êxito em São Paulo, desde 1850.

Em razão da especificidade desse contexto, a análise da imigração japonesa para o Brasil, de acordo com Vieira (1973), não pode deixar de inserir o movimento migratório nesse esquema geral dessas transformações ocorridas no sistema de trabalho rural paulista, com a introdução da empresa agrícola cafeeira. É justamente por esse motivo que a localização dos imigrantes coincidiu, desde o início do século XX, com a distribuição das grandes plantações. Entre 1898 e 1902, os maiores centros de imigração eram as regiões da Mogiana e da Paulista. Já entre 1926 e 1930, os centros de atração deslocaram-se para as zonas mais novas dos planaltos ocidentais, especialmente na Noroeste, embora as regiões de terra roxa, mais antigas, continuassem recebendo mais de 20% dos imigrantes.

Foi somente a partir de 1925, entretanto, que a imigração japonesa foi intensificada. Entre os anos de 1926 e 1930, a maior concentração de imigrantes encontrava-se na Noroeste (26,6%), seguindo-se a Alta Sorocabana (7,4%) e a Alta Paulista (5,8%). Condicionada pela expansão da agricultura comercial do café, a imigração japonesa esteve intensamente ligada ao avanço da frente de expansão no oeste do estado de São Paulo (VIEIRA, 1973).

A PROCURA POR TERRAS NO INTERIOR PAULISTA

Desde a década de 1910, ao lado da imigração para as fazendas de café do estado de São Paulo, já haviam começado a surgir os núcleos coloniais.² O núcleo das alianças, na região noroeste do estado de São Paulo, foi o projeto de maior envergadura e constituiu-se por meio de uma imigração planejada com vistas à colonização. Os imigrantes destinados à formação das alianças

2 Esses núcleos, de acordo com Kiyotani e Yamashiro, classificavam-se em cinco tipos: o primeiro constituía-se de japoneses que haviam adquirido terras, espontaneamente, agrupando-se entre compatriotas e formando núcleos coloniais, como os de Mairiporã, Suzano, Mogi das Cruzes e Juquiá; o segundo tipo é aquele formado pela interiorização do estado de São Paulo e norte do Paraná, constituído por pioneiros que adquirem grandes áreas e, subdividindo-as, passam a revendê-las em lotes, geralmente de 10 alqueires – como exemplos citam-se Hirano, Cafelândia (Estrada de Ferro Noroeste), Tóquio, Vai Bem (Estrada de Ferro Sorocabana), entre outros; na terceira categoria de núcleos, incluem-se aqueles adquiridos por companhias oficiosas e revendidos no Japão, a exemplo de Aliança, Tietê (Pereira Barreto), Bastos e Três Barras (Assaí-PR); o quarto tipo não chega a formar núcleos, é composto por colhedores de algodão, arrendatários produtores de algodão, como os que existem na Média Sorocabana, Paulista, Araraquara, Douradense, além de outros; no quinto tipo podem ser classificadas as formações de colônias oficiais do governo federal ou estadual e citam-se, como exemplos (na região amazônica), Bela Vista, antiga Manacapuru-AM, Acre, Amapá etc. (apud YOSHIOKA, 1995, p. 36).

possuíam um perfil diferenciado dos colonos das lavouras de café, na medida em que eram selecionados conforme critérios que consideravam a posição social, a formação escolar e a profissão.

Segundo Handa, “nenhum núcleo de colonização conseguiu reunir tantos intelectuais como aqui, constituído por militares, pesquisadores, funcionários do governo, artistas e religiosos” (apud YOSHIOKA, 1995, p. 57). Chegou a contar com um Instituto de Sericicultura, onde se produziam ovos do bicho-da-seda, além do Instituto Kurihara, montado em 1932, onde eram feitas observações e anotações sistemáticas da luz zodiacal e das estrelas cadentes, enviadas posteriormente à Universidade de Kyoto. O instituto iniciou também pesquisas de cunho antropológico da imigração japonesa, realizando levantamento dos núcleos habitados pelos japoneses, além de trabalhos na área de botânica, com o levantamento da flora brasileira (YOSHIOKA, 1995).

As condições dos imigrantes nos núcleos coloniais diferenciavam-se daquelas vivenciadas pelos imigrantes que vieram ao Brasil com contratos de trabalho previamente definido com as fazendas de café, pois os primeiros chegavam como proprietários de glebas das colônias adquiridas previamente no Japão (SAKURAI, 2000). Essa classificação, no entanto, segundo Yoshioka (1995), não pode ser tomada de forma rígida, já que muitos colonos adquiriram pequenas propriedades com o decorrer do tempo.

É possível constatar entre os imigrantes japoneses entrevistados por Vieira (1973), no município de Marília, que praticamente todos haviam trabalhado como colonos em fazendas de café. Da mesma forma, na região de Bauru, a entrevistada A narra a forma como as famílias japonesas operavam essa transição da condição de imigrante colono à condição de pequeno proprietário de terras:

A gente era muito pobre, depois estava melhorando a vida,

porque depois de colono, colono é [...] [quem] cuida do café para o patrão, né, depois faz contrato de quatro anos, você derruba mato pra queimar, planta café, quando café está com quatro anos, que está bonito assim, já está começando dar café, aí entrega para o patrão. Pronto! Paga mesada, em quatro anos, cada pé de café é um [de] milho verde, naqueles tempos, né [...], porque planta as coisas aí no meio [dos pés de café], o que deu ali dentro é da gente [...], recebe um milho verde pelo pé de café. Então, tem gente que guarda tudo. Guarda todo dinheirinho e com esse dinheiro já compra uma terra, né. Aí é tudo da gente, o que a gente planta é tudo da gente, né. Assim... mas tinha que trabalhar com enxada [...]; nem cavalo, a gente não tinha.

Segundo Vieira (1973), para aqueles que se dirigiam ao regime de trabalho nas fazendas de café, existiam dois tipos de contrato de trabalho, de quatro e de seis anos de empreitada. No primeiro, o proprietário entrava com a terra, procedia à derrubada e, na maioria dos casos, à limpeza do terreno, além de fornecer as sementes. Cabia ao empreiteiro proceder à plantação, ao alinhamento das mudas e ao cuidado do cafezal durante quatro anos, recebendo, ao expirar o prazo, pelo conjunto dessas atividades cerca de 1.200 a 1.400 réis por pé de café. Além disso, o colono podia praticar culturas intercalares para si, e o café colhido até o quarto ano apenas formalmente lhe pertencia. Nessa modalidade de contratação, muito pouco sobrava aos colonos, que frequentemente se endividavam com seus patrões.

Eles davam um pedacinho de terra para a gente, falavam que era uma “palhada”, que nem um tanto dessa casa assim, dava para os colonos plantar o que quisessem. Aí o pessoal plantava mandioca, plantava batata; para cada um, eles davam – quando o fazendeiro era bom – um pedacinho de terra para a gente plantar à vontade. Mas, se for fazendeiro ruim, não tinha nada! Uma vez por semana davam carne de

vaca, conforme a família o quilinho deles; arroz, conforme a família 20 litros de arroz (entrevistada A).

O contrato de seis anos, de acordo com Vieira (1973), “era para aqueles que possuíam algum capital”. O proprietário dava a terra e as sementes, cabendo ao empreiteiro realizar a derrubada, a limpeza do terreno e o plantio do cafezal. No fim dos seis anos, não recebia nenhum pagamento, mas colhia o café durante esse período e usufruía das plantações intercalares. Havia assim a possibilidade de ampliar o capital, segundo a autora. Em ambos os casos, o proprietário exercia uma vigilância constante, fiscalizando os intervalos das covas, o cuidado das plantas e controlando as culturas intercalares.

Terminado os contratos na cafeicultura, os deslocamentos eram frequentes. Abandonando as fazendas, as famílias dirigiam-se em grande parte para outras fazendas na frente de expansão, em busca de melhores condições de trabalho e terra para o plantio, ou se dispersavam pelas regiões recém-desbravadas do Oeste Paulista. Outros se deslocaram para as vizinhanças da cidade de São Paulo, alguns reemigraram, poucos retornaram ao Japão. Para a grande maioria que permanecia na frente de expansão, vários cursos de ação seriam possíveis após deixarem a condição de colonos: poderiam tornar-se “contratistas” para formar cafezais, prática que se desenvolveu a partir de 1920; poderiam, desde que dispusessem de pequeno capital, tornar-se arrendatários e meeiros; poderiam finalmente adquirir pequenas propriedades; ou ainda dirigir-se rumo às cidades (VIEIRA, 1973).

Os contratistas apareceram na Noroeste e Alta Paulista, os arrendatários na Sorocabana, Alta Paulista e Alta Araraquarense. Como a Noroeste foi a primeira zona em que se processou em larga escala o sistema de loteamento, é nela que encontramos, desde o início, o maior número de pequenos proprietários. Um estudo realizado por Saito indica que,

“em 1932, havia no interior do Estado 27,5% de japoneses proprietários, 45,3% de arrendatários e contratistas e 27,2% de colonos e outros trabalhadores assalariados” (1961, p. 182, apud VIEIRA, 1973, p. 64-65).

Essa mobilidade, segundo Sakurai (2000), esteve intimamente ligada ao processo de fixação e de integração dos imigrantes japoneses ao meio social brasileiro. A justificativa para essa mudança de *status* de modo mais abrangente encontrava-se naquilo que os japoneses almejavam ao sair do Japão, ou seja, a aquisição de terras. A “fome de terra”, segundo a pesquisadora, é uma explicação que possibilita compreender, com maior clareza, o que os japoneses buscavam não apenas no Brasil, como em outros pontos da América Latina. Os imigrantes japoneses, descontentes com o trabalho nas fazendas, estavam dispostos a adquirir os lotes que lhes permitiriam cultivar por conta própria.

Segundo dados do Censo de 1958, apresentados por Sakurai (1993) em outro estudo, esta é uma característica do imigrante japonês no Brasil. A busca de terras para aquisição, mesmo que em zonas pioneiras, caracterizou a etapa posterior ao cumprimento dos contratos, nas fazendas de café. No estado de São Paulo, as regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana foram ocupadas por famílias japonesas em busca de terras próprias para cultivo.

Embora a tendência ao parcelamento das terras remontasse ao início do século XX, foi depois da crise de 1929 que os loteamentos se multiplicaram em pequenas propriedades, bem como em arrendamentos. Os loteamentos tinham como ponto de partida as grandes propriedades, as “glebas”, cobertas de florestas e abrangendo centenas e milhares de alqueires, que eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Os próprios fazendeiros procediam à fragmentação de suas terras, reservando-se as melhores porções, os espigões, para o plantio do café e vendendo as regiões impróprias, os fundos de vale, para os sitiantes (VIEIRA, 1973).

Além disso, ao lado dos negociantes de terra, apareceram na frente de expansão, na década de 1920, grandes empresas estrangeiras de colonização inglesas, como a São Paulo Lumber & Colonization, que retalhou 15 mil alqueires na Noroeste, e japonesas, como a Sociedade Colonizadora do Brasil (Bratac). Ação decisiva teve também a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, desdobramento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que comprou e dividiu fazendas não só nas regiões mais antigas, como também na Alta Sorocabana e Alta Paulista. Observou-se assim, na frente de expansão, a entrada de grandes grupos de capitalistas estrangeiros e nacionais, que controlavam os transportes, o comércio e financiavam a agricultura (VIEIRA, 1973).

Conforme mostrou Vieira (1973), a colonização foi desenvolvida pela iniciativa particular, pelos fazendeiros transformados em negociantes e por sociedades colonizadoras nacionais e, sobretudo, estrangeiras, japonesas e inglesas, que introduziram na frente de expansão um aspecto peculiar, devido à coexistência da pequena propriedade ao lado das grandes plantações de café e dos campos de criação. É preciso ainda ressaltar, atenta a pesquisadora, uma estreita interdependência entre o avanço das estradas de ferro e posteriormente das rodovias e os loteamentos, pois a abertura das vias de comunicação valorizava as terras, determinando a posição dos sítios de modo a assegurar aos pequenos proprietários o escoamento de sua produção, bem como seu aprovisionamento. A notícia de que uma ferrovia seria prolongada desencadeava surtos de loteamentos. Com a valorização das terras, os proprietários eram levados a vender parte de suas fazendas.

Na Alta Paulista e Alta Sorocabana, segundo a pesquisadora, os arrendamentos foram especialmente procurados pelos imigrantes japoneses, pois isso ia ao encontro do seu desejo de sucesso rápido sem empate de capital. Em 1932, a proibição de

extensão dos cafezais favoreceu a disseminação de uma nova cultura, a do algodão, ligada à pequena propriedade. Por ser o algodão uma planta que exige pouco do solo e, por consequência, reduzido custo de produção anual, a cotonicultura desenvolveu-se essencialmente como cultura de sitiantes. Conforme mostra o relato a seguir da entrevistada A, a atividade estava diretamente subordinada às determinações do capital internacional:

O *ditian* [literalmente traduz-se “vovô”, mas neste contexto a entrevistada refere-se ao marido] trabalhava de caminhão naqueles tempos. Um japonês plantava e colhia o algodão e ele levava o algodão para Jaú. Caminhão ruim! Tudo sujo de terra, sabe! Carregava um enxadão, um machado no caminhão; quando o caminho estava ruim, ele concertava o caminho e vinha; caminhão cheio de algodão, trazia aqui. Ele levava o algodão para lá [a fábrica], que comprava algodão, tinha máquina de fabricar algodão, tirar a semente, extraía a semente. A semente ia para fazer óleo e o algodão mesmo ia para despachar, acho que para o exterior. Tinha uma fábrica que quis comprar todo algodão do japonês e não pagava, não pagava, não pagava direito, sabe! Ai! Uma situação, nossa senhora!

O período de maior mobilidade ocorreu entre 1933 e 1937, época em que essas regiões ainda eram pouco habitadas. Desse modo, os maiores contingentes de japoneses chegaram numa época em que se processava o loteamento das grandes propriedades por fazendeiros ou empresas de colonização, o que, segundo Vieira (1973), permitiu a aquisição de pequenas propriedades com maior facilidade, imprimindo à mobilidade do imigrante japonês características próprias.

REPERCUSSÕES DA GUERRA E DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO NACIONAL

3 “Por princípio, a economia política confunde duas espécies muito diferentes de propriedade: a que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor e a sua antítese direta, a que se fundamenta na expropriação do trabalho alheio. Esquece que esta só cresce sobre o túmulo daquela” (MARX, 1985, p. 881).

4 “Este aspecto, diga-se, não atingiu os japoneses, dadas as características específicas da imigração nipônica” (VIEIRA, 1973, p. 14). “O pequeno proprietário, geralmente, não dispunha senão de um capital modesto, e trabalhava suas terras com sua família. Sitiantes, sofria das deficiências do sistema de crédito e via-se levado a entregar suas colheitas aos donos das máquinas agrícolas e aos negociantes de café e algodão que os financiavam. Com facilidade se endividava, abandonando suas terras e avançando para novas zonas mais promissoras [...] Essas deficiências só não atingiram os japoneses, que contaram desde logo com o apoio dos capitais nipônicos para o financiamento de suas plantações e compra de sua produção, graças a uma orientação estatal e nacional impressa ao movimento migratório nipônico” (VIEIRA, 1973, p. 66).

A mobilidade instaurada entre essas famílias pela busca de terras próprias para o cultivo, entretanto, colocava-se numa relação de antagonismo direto em relação à lógica da acumulação capitalista, pois, conforme explica Marx (1985), em posse do produtor direto, os meios de produção e de subsistência não constituem capital. A propriedade que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor, constitui a antítese direta daquela que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Para que se desenvolvam as relações capitalistas de produção, portanto, é imperativo que desapareçam as relações de produção baseadas no trabalho autodeterminado, com vistas diretamente ao enriquecimento e à satisfação das necessidades do produtor.³

Nesse ponto, o estudo realizado por Vieira (1973) torna-se contraditório, pois, embora mencione a presença dos elementos intrínsecos às relações capitalistas de produção – como a presença do capital estrangeiro, a intervenção governamental, a predominância do grande latifúndio, bem como a deficiência do sistema de crédito, o endividamento e a espoliação dos pequenos produtores rurais –, afirma, ainda assim, que os japoneses não teriam sido atingidos pelos conflitos decorrentes desse contexto, dadas as especificidades dessa imigração, que teria contado desde o início com o “apoio do capital nipônico” e do governo japonês. Concebe enquanto relação de “apoio” o vínculo existente entre esses pequenos produtores e o grande capital que se expandia internacionalmente, desde a era Meiji, sob a égide do governo imperial.⁴ Conforme mostraram os próprios dados mencionados anteriormente, obtidos do estudo realizado por Saito (apud VIEIRA, 1973), uma restrita parcela dessas famílias (27,5%) havia efetivamente adquirido terras até 1932. A fração majoritária constituía-se de arrendatários e contratistas subordinados às

demandas do capital internacional (45,3%) e de colonos e outros trabalhadores assalariados (27,2%).

Ademais, conforme mostra um estudo realizado por Vainer (1995), nesse mesmo período foram editadas leis que atingiram diretamente os japoneses. A Constituição de 1934 consagrou um dispositivo dirigido especificamente contra trabalhadores estrangeiros, no qual estabelecia que fosse “vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena” (artigo 121, parágrafo 7º, apud VAINER, 1995, p. 46). Essas medidas estavam diretamente vinculadas ao projeto nacional desenvolvimentista posto em prática pelo governo de Vargas. A imposição da língua portuguesa, o cerceamento das atividades associativas e das escolas, a obrigatoriedade da presença de trabalhadores nacionais em áreas de colonização estrangeira, a distribuição de imigrantes em todo o território para estimular o contato mais direto com os brasileiros, tudo na defesa da soberania nacional e das raízes lusitanas. A política de assimilação forçada se consolidou efetivamente a partir de 1937, com a promulgação de leis federais e estaduais que proibiram o ensino de língua estrangeira em território brasileiro, o que resultou no fechamento de numerosas escolas etnicamente configuradas. A campanha de nacionalização impôs o abasileiramento mediante o emprego de efetivos militares e mudanças na legislação. A militarização da campanha e as expropriações, empreendidas pelas próprias forças policiais do Estado, foram intensas nas regiões onde predominavam os chamados “quistos raciais”,⁵ como mostra o relato da entrevistada C:

Quando começou aquela guerra vinha polícia em Bastos, aí tinha que esconder tudo *okane* [dinheiro]. Abriam maleta da máquina de costura, pegavam dinheiro, mandavam pegar frango, galinha, essas coisas, para levar. Então, já não podia guardar dinheiro no banco também. Meu pai estava no período da safra de algodão, teve época que também sobrava

5 “Termo de sentido condenatório [...] empregado para rotular, principalmente, indivíduos ou grupos de origem alemã, polonesa e japonesa” (SEYFERTH, 1994, p. 46).

dinheiro, minha irmã teve nenê, então, quando a polícia veio, meu pai amarrou na barriga da minha irmã para [ela] ficar deitada com o dinheiro. Eles pegavam, viu! A polícia roubava! Isso foi até terminar a guerra. Então, tinha *teppo* [espingarda] [...] livro [...], tem muita gente que enterrou e apodreceu [...]; meu pai trouxe bastante livro para criança, assim, de coleção, bastante livro de conversação que ele conseguiu trazer.

Da mesma forma, como mostra também o estudo realizado por Borges (1995), no município de Lins, por determinação do governo, o colégio japonês foi desativado e transformado em instalação do quartel da polícia militar. Em seguida, os policiais passaram nas cidades recolhendo as armas das famílias japonesas, até pontas de facas foram quebradas. Foi justamente nesse período que o fazendeiro mais comprou sítios dos japoneses nessa região. A ação da polícia integrava-se aos interesses dos grandes latifundiários da região, que, contando com o amparo do Estado e de métodos coercitivos próprios, expulsavam as famílias de suas terras.

Segundo a investigação empreendida pela pesquisadora, a partir da análise das certidões negativas fornecidas pelo Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Lins, é possível constatar que elas se formaram da soma de inúmeras propriedades, adquiridas a partir da segunda metade da década de 1930.⁶ A maior parte dessas escrituras refere-se à compra de pequenas propriedades, sobretudo a partir de 1941, sendo a maioria delas adquirida de imigrantes japoneses, que foram coagidos a vender suas terras.

Nesse mesmo município, entre os anos de 1941 e 1945, foram efetuadas várias prisões e 45 imigrantes japoneses ficaram detidos na delegacia de Lins. Em toda essa região, como mostra o estudo de Borges (1995), a constituição da Fazenda Reunidas, com sede no município de Promissão, ilustra um processo regional de acumulação primitiva do capital, dada violência por

6 Datam de 1937 as 3 primeiras escrituras registradas no cartório de Lins, onde se encontram 67 escrituras, passadas em cartório nos municípios de Lins, Penápolis, Promissão e da desaparecida Vila Dinízia (BORGES, 1995).

meio da qual se deu a expropriação dos pequenos proprietários e de todos aqueles que trabalhavam a terra, mediante o emprego das próprias forças policiais do Estado. Num cenário antes dominado pela pequena propriedade e pela agricultura comercial e de subsistência, a ampliação do latifúndio impôs a substituição da população local pela criação de gado. Essa transição para o latifúndio implicou o desaparecimento de uma vila próspera – Dinízia, antigo distrito de Promissão –, assim como a expulsão dos sítiantes que habitavam a região, através de ameaças de morte e do derrubamento das cercas, com o propósito de promover, nas propriedades das famílias, invasões do boi pantaneiro⁷ – uma espécie considerada violenta e explosiva –, segundo o relato de um assentado, obtido por Borges (1995):

A gente sabia como as terras dos [japoneses] [...] foram conseguidas [...]. Ele [o fazendeiro] comprava gado pantaneiro [tipo de gado bravo e explosivo], comprava cem, chegava com mil, e jogava na roça da japonesada, que, apavorada, vendia as terras, saindo corrida, deixando tudo, até trator, por causa da ameaça de morte.

O gado destruía as cercas e as plantações, espalhando medo, representando a própria violência dos grandes proprietários rurais. Ameaçados, os pequenos proprietários, quando não fugiam deixando tudo para trás, vendiam suas terras a preços reduzidos. Por esse motivo, a expropriação, nos relatos obtidos e analisados por Borges (1995), aparece como um processo “sutil”, porque fora selado por um ato de compra e venda, que ocultou os ingredientes de pressão, opressão e violência.⁸ O processo de expropriação desses imigrantes, através do uso da violência, sob o respaldo das forças do Estado, representa o início do processo de modernização da região. Com a expulsão das famílias, a extinção da Vila Dinízia e a substituição de todos que ali residiam pela pecuária, toda a história viva daquela região foi relegada ao esquecimento. Na região onde posteriormente foi constituída a

7 A respeito desses acontecimentos, o poeta Nenpuko Sato, que viveu nessa mesma região durante esse período, deixou dois poemas registrados no trabalho de Mendonça: “as rosas da cerca / se agitam nos chifres / deixaram o boi solto”; “a cerca já era / nos chifres do touro / coroa de rosas” (1999, p. 81).

8 Com o respaldo da Justiça, somente no ano de 1941, no município de Lins, 19 pequenas propriedades pertencentes a japoneses foram incorporadas à área do proprietário das terras, que mais tarde viria a ser chamada Fazenda Reunidas. Até o ano de 1945, o número de pequenas propriedades incorporadas ao latifúndio subiu para 29. No ano de 1963, esse número havia se elevado para 37 (BORGES, 1995).

Fazenda Reunidas, de acordo com a pesquisadora, os japoneses não foram os únicos a serem expropriados, mas constituíram a maioria. A entrevistada C viveu nessa região durante esse período e relata a maneira como seu pai perdeu as terras que havia adquirido a duras penas:

Em 1940, meu pai já tinha comprado terreno e nós morávamos lá. Até comprar o terreno, meu pai foi duas vezes formar pasto [...]. Depois, no período da guerra, perdemos tudo. Os arrendatários não pagaram a conta e saíram todos, só ficaram as 42 cadernetas. Meu pai perdeu tudo, tudo, aí mudou para a cidade [Bauru] e começou a fazer doces japoneses [risos]. Perdemos tudo porque eles encrencaram, não quiseram pagar, depois levamos o caso até na Justiça de Pompeia, depois o juiz falou para o meu irmão: “Vocês têm todo o direito, mas têm que perder porque vocês são inimigos do Brasil!”. Por isso, agora nos Estados Unidos, dizem que quem perdeu ainda recebeu alguma coisa, mas no Brasil ninguém pagou nada, quem perdeu, perdeu mesmo!

Damesma forma, o relato da entrevistada A traz à tona, além das restrições postas pelo Estado, a forma coercitiva por meio da qual sua família foi levada a se desfazer do caminhão, meio de produção imprescindível para a subsistência familiar ligada à produção do algodão:

Nossa Senhora! Sorte que nós estávamos que nem caboclo perdido no meio do mato. Não podia fazer reunião em japonês, não! Japonês não podia juntar mais do que três pessoas num lugar. Para viajar, precisava aquele [...], como que fala? É, precisava [salvo-conduto], [...] tirava o [salvo-conduto] [...]. Não podia nem viajar! [...] Pensa que aqui não sofreu? Sofreu bastante japonês aqui! Perdemos bastante aquele tempo, perdemos caminhão, tomamos prejuízo [...]; [o] caminhão, precisou vender para outro, porque diz que não vendia gasolina para japonês [...], nem gasolina não vendia mais para japonês! Japonês não podia fazer negócio

[...], achavam que porque [o] Brasil aliou com [a] América [...]; então [...] japonês ficou de fora.

Se, desde os anos que antecederam o advento do Estado Novo, as medidas governamentais, associadas a interesses privados, vinham impactando sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes, a partir do momento em que o Japão ingressou no conflito da Segunda Guerra Mundial, até o término do confronto, com a derrocada do exército imperial, efetivaram-se, dessa forma, as medidas que levaram não apenas à dissolução das expectativas de retorno à terra natal, mas também a um processo subsequente de esvaziamento das colônias.⁹

9 “De qualquer modo, o período da guerra é, em todos os campos, o marco do início do esvaziamento da colônia na cidade de Pereira Barreto” (ENNES, 2001, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rearticulação dessas narrativas dentro do contexto das transformações profundas pelas quais passaram as relações sociais de produção, nas décadas que precederam o desfecho da Segunda Guerra Mundial, fundamenta-se no pressuposto marxiano, segundo o qual os homens e as mulheres fazem a própria história não da forma como gostariam, mas sob condições historicamente determinadas. Assim, o reavivamento dessa fase inicial da imigração japonesa, por meio de um trabalho de memória, não se resume a uma crítica romântica ao presente, ou a uma postura contemplativa, ou nostálgica, em relação a um passado idealizado. Trata-se de uma forma de reconstrução e atualização do passado não como um fim em si, mas com vistas ao entendimento das contradições do presente.

Essa atualização das experiências concretamente vivenciadas tem o propósito de reproduzir, no plano da consciência, o processo no qual tenham visibilidade as condições de vida e de trabalho daqueles que efetivamente fazem a história, e não apenas as categorias abstratas da sociologia, do pensamento filosófico, ou da economia política. Dentro dessa perspectiva de análise, o sujeito histórico readquire vida diante das determinações

estruturais. A fuga das fazendas, a busca por terras próprias para o cultivo e, no limite, os suicídios expressam essa autonomia relativa. Os antagonismos surgem como elementos definidores das mudanças de planos: fugir das fazendas, permanecer no Brasil, vender o caminhão, desfazer-se das terras, deixar a colônia em direção às cidades e assim por diante.

As narrativas revelam os enfrentamentos no âmbito da própria vida cotidiana, trazendo à tona a complexidade e a riqueza da vida social sobre as quais sobrevoam muitas análises macroestruturais e econômicas das transformações do capitalismo. As múltiplas determinações, que levaram à formação inicial do maior contingente de japoneses fora do Japão, aparecem, aqui, enquanto parte de um todo processual e dialeticamente estruturado, e não como um conjunto de aspectos isolados da história. Afasta-se, assim, a possibilidade de se desenvolver uma análise mecanicista da realidade social, na qual o sujeito aparece abstraído, expresso enquanto um dado puramente quantitativo, tabulado, respondendo mecanicamente aos estímulos da economia. Diferentemente desse tipo de abordagem, recordar significa reviver com o coração. Reconstruir, repensar, com sentimentos e imagens as exigências do passado. Por essa razão e de pleno acordo com as considerações de Bosi (1994)¹⁰ a esse respeito, a memória deve ser entendida enquanto um trabalho, e a narrativa, uma forma artesanal de comunicação, resultante de uma íntima relação entre a alma, os olhos e as mãos.

10 A narração da própria vida, segundo a autora, “é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar”. O narrador retira o que narra da própria existência e transforma em experiência daqueles que o escutam (BOSI, 1994, p. 68).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, M. Reunidas/Dinízia: história e tramas da memória. In: SILVA, M. A. M.; SILVA, S. A. I. (Orgs.). *Temas*.

Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Campus de Araraquara, 1995, p. 51-88.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ENNES, M. A. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do estado de São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

HANDA, T. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

HATANAKA, M. *O processo judicial da shindo-remmei: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil*. São Paulo: Fundação Japão, 2002.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. 1.

MENDONÇA, M. *Trilha forrada de folhas: Nenpuko Sato, um mestre de haikai no Brasil*. São Paulo: Ciências do Ocidente, 1999.

PERROT, M. Práticas da memória feminina: a mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*, Órgão da Associação Nacional de Professores de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago.-set. 1989.

QUEIROZ, M. *Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Ceru, FFLCH/USP, 1983 (Coleção Textos, 4).

SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.

_____. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp, Campinas.

SEYFERTH, G. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 103-122, out. 1994.

VAINER, C. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*, 2ª ed. São Paulo: FNUAP, 1995, v. 1, p. 39-52.

VIEIRA, F. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira, 1973.

YOSHIOKA, R. *Por que migramos do e para o Japão*. São Paulo: Massao Ohno, 1995.

FÁBIO KAZUO OCADA – Doutor em Sociologia. Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, Campus de Marília, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC-Unesp, <fabiokazuoocada@hotmail.com>.